

Subvertendo os Cânones: a revisão historiográfica de Clóvis Moura e suas contribuições para a Memória Social Brasileira

Erik Chiconelli Gomes¹

Resumo: Este artigo analisa a contribuição de Clóvis Moura (1925-2003) para a historiografia brasileira, examinando como sua abordagem marxista subverte os cânones tradicionais ao posicionar a escravidão e o racismo como elementos estruturantes do capitalismo dependente brasileiro. A pesquisa, de caráter bibliográfico, investiga como Moura desenvolveu o que denominou “sociologia da práxis negra”, desafiando interpretações hegemônicas sobre a passividade escrava e estabelecendo o conceito de “quilombagem” como forma de resistência coletiva. Analisa-se especificamente sua crítica à historiografia luso-brasileira tradicional, representada por autores como Francisco Adolfo de Varnhagen e Oliveira Viana, bem como sua divergência com interpretações culturalistas de Gilberto Freyre. Conclui-se que a obra mouriana constitui marco fundamental para a compreensão da agência negra na história brasileira, oferecendo instrumentos teóricos para o enfrentamento do racismo estrutural.

Palavras-chave: Historiografia brasileira. Clóvis Moura. Sociologia da práxis negra.

Abstract: This article analyzes Clóvis Moura’s (1925-2003) contribution to Brazilian historiography, examining how his Marxist approach subverts traditional canons by positioning slavery and

¹ Pós-Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Doutor e Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Economia do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e em Direito do Trabalho pela USP. Bacharel e Licenciado em História (USP). Licenciado em Geografia (UnB). Bacharel em Ciências Sociais (USP) e em Direito (USP). Atualmente, é Coordenador Acadêmico e do Centro de Pesquisa e Estudos na Escola Superior de Advocacia (ESA/OABSP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4385-4586>

racism as structuring elements of dependent Brazilian capitalism. The bibliographical research investigates how Moura developed what he called “sociology of black praxis,” challenging hegemonic interpretations about slave passivity and establishing the concept of “quilombagem” as a form of collective resistance. It specifically analyzes his critique of traditional Luso-Brazilian historiography, represented by authors such as Francisco Adolfo de Varnhagen and Oliveira Viana, as well as his divergence from Gilberto Freyre’s culturalist interpretations. The study concludes that Moura’s work constitutes a fundamental milestone for understanding black agency in Brazilian history, offering theoretical instruments to confront structural racism. **Keywords:** Brazilian historiography. Clóvis Moura. Sociology of black praxis.

1. Introdução

A historiografia brasileira tradicional, consolidada entre os séculos XIX e XX, constituiu-se como campo disciplinar a partir de pressupostos epistemológicos eurocêntricos que sistematicamente marginalizaram a experiência da população negra na narrativa nacional.

Essa construção não foi acidental, mas refletiu as relações de poder da sociedade brasileira, onde a produção do conhecimento histórico serviu para legitimar hierarquias raciais estabelecidas desde o período colonial. Nesse contexto de hegemonia interpretativa das elites brancas, a obra de Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003) emerge como ruptura paradigmática fundamental, propondo uma reinterpretação radical dos processos históricos brasileiros através do que ele próprio denominou “sociologia da práxis negra”.

O conceito de memória social, tal como elaborado por Maurice Halbwachs em *La mémoire collective* (1950), refere-se aos quadros coletivos que organizam as lembranças de grupos sociais, estruturando identidades e narrativas compartilhadas. No contexto brasileiro, essa seleção foi historicamente controlada pelas classes dominantes brancas,

resultando numa memória social oficial que sistematicamente apagou ou minimizou a agência da população negra, processo que Moura se propõe a reverter através de sua produção historiográfica.

A relevância desse processo de reconstrução da memória social transcende o campo acadêmico, conectando-se diretamente com as lutas políticas contemporâneas por reconhecimento, reparação e transformação das estruturas raciais brasileiras. Como observa Pollak (1989), a memória é um fenômeno construído social e individualmente, e sua disputa constitui uma das dimensões fundamentais dos conflitos sociais, especialmente quando grupos subalternizados buscam questionar narrativas hegemônicas sobre o passado.

Nascido em Amarante, Piauí, em 10 de junho de 1925, Moura iniciou sua produção intelectual ainda na década de 1940, quando começou a escrever *Rebeliões da Senzala*, obra que seria publicada em 1959 e se tornaria marco fundacional de uma nova abordagem dos estudos sobre escravidão no Brasil. Sua trajetória intelectual, vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e posteriormente ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), articula rigor metodológico marxista com militância política antirracista, estabelecendo um diálogo crítico tanto com a historiografia tradicional quanto com interpretações marxistas que subordinavam mecanicamente a questão racial à luta de classes.

O racismo estrutural, conceito central na obra mouriana, embora não formulado nesses termos por Moura, refere-se à compreensão de que as relações raciais hierarquizadas no Brasil não constituem “herança” do passado escravista, mas elemento constitutivo do modo como o capitalismo se desenvolveu no país. A originalidade da contribuição mouriana reside em sua recusa a subordinar raça à classe ou classe à raça, compreendendo ambas como dimensões mutuamente constitutivas da formação social brasileira.

2. A Crítica Mouriana à Historiografia Tradicional Brasileira

A intervenção de Clóvis Moura na historiografia brasileira caracteriza-se por uma crítica sistemática e fundamentada aos pressupostos epistemológicos da disciplina histórica no Brasil. Sua análise, desenvolvida principalmente em *As Injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira* (1990), constitui uma das primeiras críticas marxistas sistemáticas à branquitude como lugar de enunciação não marcado na produção historiográfica brasileira.

2.1 A Tradição Luso-Brasileira: Varnhagen

A crítica mouriana dirige-se inicialmente à obra de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), considerado o “pai da historiografia brasileira”. Em *História Geral do Brasil* (1956) antes da sua separação e independência de Portugal (1854-1857), Varnhagen estabelece padrões narrativos que sistematicamente minimizam ou negam a agência dos africanos escravizados, apresentando-os exclusivamente como “braços para a lavoura”.

Moura demonstra como Varnhagen constrói uma narrativa da formação nacional centrada exclusivamente nas ações das elites brancas, relegando a população negra a papel meramente instrumental. Segundo Moura, essa abordagem constitui estratégia ideológica deliberada de construção de uma identidade nacional que excluía a população negra como sujeito histórico. Como observa o autor, “a historiografia tradicional criou uma história do Brasil sem negros, ou melhor, com negros apenas como força de trabalho, nunca como agentes de sua própria história” (MOURA, 1990, p. 23).

A análise mouriana revela como a pretensa “objetividade” da narrativa histórica mascarava escolhas ideológicas claras. Varnhagen silencia sistematicamente sobre as revoltas escravas, os quilombos e outras formas de resistência negra, construindo a imagem de uma colonização “harmoniosa” e de uma escravidão “branda”. Quando

se vê obrigado a mencionar episódios de resistência, Varnhagen os qualifica como “distúrbios”, “desordens” ou “fanatismo”, negando-lhes qualquer racionalidade política ou legitimidade histórica.

Moura identifica nessa operação historiográfica a constituição do que denomina “história oficial”, caracterizada pela “mistificação do processo histórico através da ocultação sistemática dos conflitos raciais e da negação da agência negra” (MOURA, 1990, p. 34). Essa mistificação não se limitava ao conteúdo das narrativas, mas estendia-se aos próprios critérios de seleção documental, privilegiando fontes produzidas pelas elites brancas e deslegitimando ou ignorando documentos que poderiam revelar perspectivas diferentes da população escravizada.

2.2 O Racismo Científico de Oliveira Viana e o Culturalismo Freyriano

A crítica mouriana estende-se a Oliveira Viana (1883-1951), que em obras como *Evolução do Povo Brasileiro* (1923) desenvolve teorias explícitas de hierarquia racial, representando a incorporação do racismo científico europeu à interpretação da formação brasileira. Moura demonstra como Viana não apenas perpetua os silenciamentos de Varnhagen, mas os fundamenta numa teoria pseudo-científica que caracteriza a população negra como elemento “disgenésico” na formação nacional. Moura observa que “Oliveira Viana sistematiza teoricamente o que Varnhagen apenas praticava metodologicamente: a exclusão dos negros como sujeitos legítimos da história nacional” (MOURA, 1990, p. 87).

A crítica mais sistemática de Moura dirige-se ao culturalismo de Gilberto Freyre, especialmente às teses de *Casa-Grande e Senzala* (1933). Moura reconhece que Freyre representou avanço em relação ao racismo científico de Viana, mas demonstra como suas interpretações construíram uma nova forma de mistificação das relações raciais. Em *Rebeliões da Senzala*, Moura observa que Freyre “apontava o Brasil como o paraíso da democracia racial, fruto e decorrência da

benignidade inicial do nosso escravismo patriarcal” (MOURA, 1959, p. 11), constituindo “visão deformada” que escamoteava “o conteúdo altamente violento das relações entre senhores e escravos”.

A crítica mouriana a Freyre articula-se em três dimensões: primeiro, Moura contesta empiricamente a tese do “escravismo brando”; segundo, demonstra como o culturalismo freyriano obscurece as relações de exploração; terceiro, revela como o conceito de “democracia racial” funciona ideologicamente para negar a persistência do racismo na sociedade brasileira pós-abolição.

3. A “Sociologia da Práxis Negra”: Fundamentos Teórico-Metodológicos.

O conceito de “sociologia da práxis negra” representa a principal contribuição teórica de Moura para os estudos sobre relações raciais no Brasil, constituindo ruptura paradigmática fundamental com as abordagens tradicionais que tratavam a população negra como objeto de estudo. Diferentemente dessas abordagens, Moura a posiciona como sujeito histórico ativo, protagonista de sua própria libertação.

3.1 Fundamentos Epistemológicos da Práxis Negra

O conceito mouriano de práxis negra fundamenta-se numa apropriação original da teoria marxista, que articula a categoria de práxis - compreendida como unidade dialética entre teoria e prática - com a especificidade da experiência histórica da população negra no Brasil. Moura demonstra como essa população desenvolveu formas específicas de consciência e ação que não podem ser reduzidas às categorias clássicas da luta de classes europeia.

Segundo Moura, “a sociologia da práxis negra deve partir do reconhecimento de que os negros no Brasil não foram apenas vítimas passivas da dominação racial, mas desenvolveram formas específicas de resistência e organização que constituem uma práxis revolucionária

autônoma” (MOURA, 1988, p. 47). Essa práxis caracteriza-se pela capacidade de articular preservação cultural e transformação social, adaptação às condições de dominação e resistência ativa, construção de identidades particulares e participação na luta de classes mais ampla.

A originalidade dessa formulação reside na recusa mouriana a subordinar a práxis negra a categorias externas, sejam elas derivadas do marxismo europeu ou das teorias culturalistas brasileiras. Moura reconhece que a experiência da população negra no Brasil produziu formas específicas de conhecimento e ação que devem ser compreendidas em seus próprios termos, sem que isso implique isolamento ou separação da luta de classes mais ampla.

3.2 Metodologia da Sociologia da Práxis Negra

Metodologicamente, a sociologia da práxis negra mouriana caracteriza-se pela valorização sistemática de fontes tradicionalmente negligenciadas. Moura desenvolve uma abordagem que incorpora relatos de insurreições escravas, documentos produzidos por quilombolas, registros policiais sobre fugas e revoltas, narrativas orais, expandindo significativamente o repertório documental considerado válido.

Como documenta Silva (2016, p. 164), essa metodologia “não apenas recupera evidências históricas antes ignoradas, mas também reconfigura a própria definição do que constitui um documento histórico relevante”. Moura argumenta que “a dominação ideológica se expressa não apenas no conteúdo do conhecimento histórico, mas também nos próprios métodos e fontes considerados legítimos para sua produção” (MOURA, 1990, p. 12).

A metodologia mouriana caracteriza-se também pela recusa da pretensa “neutralidade” científica, assumindo explicitamente o compromisso com a transformação social e com a emancipação da população negra. Essa postura não implica abandono do rigor científico, mas reconhecimento de que toda produção de conhecimento

está inserida em relações de poder e expressa, conscientemente ou não, interesses de classe e de raça.

3.3 A Categoria de Quilombagem como Síntese da Práxis Negra

Central para a sociologia da práxis negra mouriana é o conceito de quilombagem, elaborado para caracterizar as diversas formas de resistência negra como parte de um processo histórico unitário. Moura define quilombagem como “o processo através do qual a população negra escravizada criou espaços alternativos de contrapoder e sociabilidade, articulando preservação cultural, resistência política e experimentação de formas superiores de organização social” (MOURA, 1981, p. 87).

A quilombagem mouriana representa uma forma específica de práxis revolucionária que articula três dimensões fundamentais: econômica (criação de formas alternativas de produção), política (desenvolvimento de formas de organização e liderança) e cultural (preservação e transformação das tradições africanas). Silva (2024, p. 72) ressalta que esse conceito “fornece um instrumental teórico que permite compreender as formas de resistência negra enquanto práxis revolucionária”.

4. Quilombagem e Resistência: Reinterpretando a Agência Negra

4.1 Quilombagem como Processo Histórico Total

Em *Rebeliões da Senzala*, Moura documenta sistematicamente a existência de quilombos em todas as regiões do Brasil colonial e imperial, demonstrando que constituíam elemento estrutural do sistema escravista. Segundo sua análise, “onde houve escravidão, houve resistência, e onde houve resistência, houve quilombos” (MOURA, 1959, p. 85), revelando uma geografia da resistência que abrangia todo o território nacional.

A quilombagem engloba não apenas os quilombos rurais, mas também as insurreições urbanas, as irmandades negras, as casas de candomblé e outras formas de organização. Moura argumenta que “todas essas formas de resistência articulavam-se num processo histórico unitário, caracterizado pela recusa sistemática à condição escrava e pela busca de alternativas concretas de organização social” (MOURA, 1981, p. 23). Silva (2024, p. 69) observa que o conceito permite “superar a fragmentação imposta pela historiografia tradicional”.

4.2 Palmares como Paradigma da Quilombagem

A análise mouriana da República de Palmares exemplifica sua compreensão da quilombagem como processo de experimentação de formas superiores de organização social. Palmares constitui, segundo Moura, projeto político deliberado que articula elementos culturais africanos, indígenas e europeus em síntese original. Moura demonstra que Palmares desenvolveu “organização com base na propriedade coletiva da terra, na diversidade de produção agrícola (policultura) e no fundamento desta produção primeiramente para autossustentação da própria comunidade” (MOURA, 1981, p. 87).

A longevidade de Palmares - quase um século de resistência - demonstra, segundo Moura, a viabilidade de formas alternativas de organização social baseadas no trabalho livre e na propriedade coletiva. A análise revela a sofisticação política da organização palmarina, que desenvolveu formas de governo, sistemas de defesa e estratégias militares demonstrando alto grau de consciência política.

4.3 As Insurreições Urbanas

As insurreições urbanas, especialmente as revoltas baianas do século XIX, demonstram como a quilombagem se adaptou às condições urbanas. A Revolta dos Malês (1835) exemplifica a capacidade da população negra de articular elementos religiosos (islamismo), étnicos

(identidade nagô) e de classe (condição escrava) em movimentos políticos complexos. Moura demonstra como os malês desenvolveram “formas sofisticadas de organização clandestina, utilizando a alfabetização árabe como instrumento de comunicação secreta” (MOURA, 1988, p. 187).

A análise mouriana revela como a quilombagem urbana articulava-se com a quilombagem rural, estabelecendo redes de solidariedade que transcendiam as divisões territoriais. Moura documenta como “os quilombos rurais serviam como retaguarda para as revoltas urbanas, enquanto estas forneciam informações e apoio logístico” (MOURA, 1981, p. 234), constituindo um sistema integrado de resistência.

5. Memória Social e Descolonização Historiográfica

5.1 Propostas para uma Historiografia Alternativa

A crítica mouriana à historiografia tradicional articula-se com propostas concretas para uma historiografia alternativa. Primeiro, Moura propõe a ampliação radical das fontes válidas, incorporando sistematicamente fontes orais e documentos de grupos subalternos. Segundo, defende a adoção de perspectivas que reconheçam explicitamente a dimensão política da produção do conhecimento. Terceiro, propõe uma abordagem interdisciplinar que articule história, sociologia e antropologia.

5.2 Dimensões Pedagógicas e Articulações com a Lei 10.639/2003

A dimensão pedagógica da proposta mouriana manifesta-se em seus escritos sobre educação, nos quais defende a reformulação radical do ensino de história no Brasil. Moura argumenta que “a educação formal reproduz a ideologia da democracia racial ao apresentar uma história do Brasil que minimiza os conflitos raciais” (MOURA, 1990, p. 68).

O ensino tradicional contribui para a reprodução do racismo através do silenciamento sobre as formas de resistência negra, da romantização das relações escravistas e da exclusão da população negra como sujeito histórico. Embora Moura tenha falecido em 2003, mesmo ano da aprovação da Lei 10.639/2003², sua obra fornece fundamentação teórica essencial para a implementação dessa legislação.

6. Conclusão

A revisão historiográfica proposta por Clóvis Moura representa ruptura paradigmática fundamental no campo dos estudos históricos brasileiros. Ao desenvolver a “sociologia da práxis negra” e o conceito de “quilombagem”, Moura oferece instrumentos teóricos originais para compreender a agência negra na formação social brasileira, superando tanto interpretações culturalistas quanto análises marxistas ortodoxas.

A contribuição mouriana manifesta-se em múltiplas dimensões articuladas. Do ponto de vista metodológico, através da ampliação radical das fontes consideradas válidas. Do ponto de vista teórico, mediante a elaboração de conceitos originais que permitem compreender as especificidades das relações raciais brasileiras. Do ponto de vista político, ao estabelecer conexões orgânicas entre produção de conhecimento e transformação social.

A crítica mouriana à historiografia tradicional fundamenta-se em rigorosa análise documental que demonstra empiricamente a constante resistência da população escravizada, desmentindo teses sobre passividade negra. O conceito de “quilombagem” constitui talvez sua contribuição mais original, conceituando os quilombos como expres

² A Lei 10.639/2003 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática «História e Cultura Afro-Brasileira», estabelecendo também que o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como «Dia Nacional da Consciência Negra».

são organizada da práxis negra, espaços de experimentação de formas superiores de organização social.

A análise mouriana de Palmares exemplifica a potência explicativa desse conceito, revelando a capacidade da população negra de criar formas alternativas de organização social baseadas na propriedade coletiva e na produção para o uso. A longevidade palmarina demonstra a viabilidade histórica dessas alternativas.

A dimensão metodológica da contribuição mouriana merece destaque particular. Sua incorporação sistemática de fontes tradicionalmente negligenciadas constitui transformação qualitativa dos critérios de legitimidade historiográfica. O conceito mouriano de racismo estrutural antecipa desenvolvimentos teóricos contemporâneos, demonstrando como as relações raciais hierarquizadas constituem elemento constitutivo do modo como o capitalismo se desenvolveu no Brasil.

A contribuição mouriana para a reconstrução da memória social articula-se diretamente com os debates contemporâneos sobre educação antirracista. Embora Moura não tenha vivido para ver a aprovação da Lei 10.639/2003, sua obra fornece fundamentação teórica essencial para a operacionalização dessa legislação. A dimensão política da obra manifesta-se em suas conexões orgânicas com os movimentos sociais contemporâneos.

A atualidade da contribuição mouriana evidencia-se na crescente incorporação de suas ideias pela produção acadêmica contemporânea e pelos movimentos sociais. A retomada do interesse pela obra mouriana articula-se com o desenvolvimento dos estudos decoloniais no Brasil, que encontram em suas formulações antecipações importantes das críticas contemporâneas à colonialidade do saber.

A obra de Clóvis Moura oferece exemplo inspirador de articulação entre rigor intelectual e compromisso político, demonstrando a possibilidade de desenvolver conhecimento científico de alta qualidade sem abrir mão do compromisso com a transformação social. Seu legado intelectual e político continua inspirando novas gerações com-

prometidas com a construção de uma sociedade efetivamente democrática, igualitária e pluralista.

Referências

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1933.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

MOURA, Clóvis. *As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Rebeliões da senzala. *Crítica Marxista*, v. 23, n. 43, p. 163-165, 2016.

SILVA, Wanessa Horrana Francisca da. Quilombagem e práxis negra: antirracismo e protagonismo negro na obra de Clóvis Moura. *Revista Transversos*, v. 1, n. 30, 2024.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

VIANA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.